

## Jacqueline de Souza Alves da Silva

---

**De:** Maxiley dos Reis Alves Rocha  
**Enviado em:** quarta-feira, 31 de agosto de 2022 14:27  
**Para:** Jacqueline de Souza Alves da Silva  
**Assunto:** ENC: Devolução da Medida Provisória nº 1135/2022  
**Anexos:** Of deputados.pdf; Carta Conecta MP1135.pdf; Of Paulo Rocha.pdf; Manifesto Forum Nacional Secretários.jpeg

---

**De:** Sen. Rodrigo Pacheco  
**Enviada em:** quarta-feira, 31 de agosto de 2022 10:00  
**Para:** Maxiley dos Reis Alves Rocha <maxiley@senado.leg.br>  
**Assunto:** ENC: Devolução da Medida Provisória nº 1135/2022

**De:** Comitê Paulo Gustavo MG [<mailto:mgcomitepaulogustavo@gmail.com>]  
**Enviada em:** terça-feira, 30 de agosto de 2022 17:04  
**Assunto:** Devolução da Medida Provisória nº 1135/2022

Prezado(a) parlamentar de Minas Gerais,

Dirigimos a Vossa Excelência para requerer, com fundamento nos artigos 1º, 2º, 37, caput, 49, XI, da Constituição Federal e art. 48, XI do Regimento Interno do Senado Federal, que seja procedida à imediata devolução da Medida Provisória nº 1135/2022. Tal pedido se baseia na competência da presidência do Congresso Nacional em dispor sobre a tramitação de medidas provisórias, especialmente pela atribuição de impugnar as proposições contrárias à Constituição, impedindo-as de tramitar regularmente, em face do descumprimento dos requisitos constitucionais, principalmente da sua condição inadmissível por conteúdo de mérito flagrantemente inconstitucional e injurídico. O que se verifica é que o Poder Executivo Federal, derrotado na tramitação das Leis Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195/22) e Aldir Blanc II (Lei 14.139/22), com as quais discordava e vetara, após a derrubada dos vetos de ambas as leis, edita a MP em questão, com o objetivo de impedir a implementação dos efeitos jurídicos decorrentes da legislação aprovada no Congresso Nacional, em clara violação, num primeiro instante, ao princípio republicano, e aos princípios da legalidade e moralidade inscritos no caput do art. 37 da Constituição Federal.

Desse modo, o referido ato executivo, além de prorrogar o prazo de execução, transforma despesas obrigatórias aprovadas pelo Congresso Nacional em discricionárias, acaba por inviabilizar a implementação de políticas públicas na área da cultura - seja a de curto prazo para mitigar os efeitos da pandemia no setor, no caso da Lei Paulo Gustavo, seja a mais estrutural, prevista para os próximos cinco anos na perspectiva da descentralização dos recursos para os demais entes da federação, no caso da Lei Aldir Blanc II.

Destacamos a inconstitucionalidade da medida provisória nº 1.135/2022, uma vez que:

- a) Contraria a vedação expressa de edição de medida provisória para versar sobre matéria reservada à Lei Complementar (Art. 62, §1º, III, da CF);
- b) Esvazia o conteúdo jurídico, político e social de uma decisão soberana Poder Legislativo, no mesmo exercício financeiro em que esta foi aprovada, tornando discricionário o que restou obrigatório, em clara afronta ao que estatuem os artigos 1º (Princípio Republicano) e 2º (Independência dos Poderes) da Constituição Federal, pilar de todo o equilíbrio democrático da República Federativa do Brasil;
- c) Viola os princípios da legalidade e da moralidade, insculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal.

Por todo o exposto, solicitamos a imediata devolução da Medida Provisória nº 1.135, de 29 de agosto de 2022, por não atender aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade necessário à sua continuidade e validade jurídica. Seguem em anexo cartas de apoio à devolução da referida MP.

A cultura é fundamental para o desenvolvimento do nosso país. As leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc II são necessárias, em sua integralidade.

Contamos com vossa atitude positiva em apoio à Cultura Brasileira e aos fazedores culturais do nosso país. Pela Cultura Brasileira! Pelo Brasil!

Atenciosamente,  
Comite Mineiro Lei Paulo Gustavo

**Ofício 85/2022 / GAB - LidPT**

Brasília (DF), 29 de agosto de 2022.

À Sua Excelência, o Senhor  
**RODRIGO PACHECO**  
Presidente do Congresso Nacional

**Assunto: Devolução urgente da Medida Provisória nº 1.135, de 29 de agosto de 2022.**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional:

Vimos requerer, com fundamento nos artigos 1º, 2º, 37, *caput*, 49, XI, da Constituição Federal e art. 48, XI do Regimento Interno do Senado Federal, seja procedida à imediata devolução da medida provisória em destaque, conforme razões que seguem.

Com efeito, o presente expediente tem por base a competência da presidência do Congresso Nacional em dispor sobre a tramitação de medidas provisórias, especialmente pela atribuição de impugnar as proposições contrárias à Constituição, impedindo-as de tramitar regularmente, em face do descumprimento dos requisitos constitucionais, principalmente da sua condição inadmissível por conteúdo de mérito flagrantemente inconstitucional e injurídico.

No presente caso, verificar-se-á que o Poder Executivo Federal, derrotado na tramitação de matéria legislativa com a qual discordava e vetara, mas superado em seu desiderato com a derrubada do veto apostado, edita a medida provisória nº 1.135/2022 com o objetivo de impedir a implementação dos efeitos jurídicos decorrentes da legislação aprovada no Congresso Nacional, em clara violação, num primeiro instante, ao princípio republicano, e aos princípios da legalidade e moralidade inscritos no *caput* do art. 37 da Constituição Federal, ,

A malsinada Medida Provisória altera a Lei Complementar nº 195/22 (Lei Paulo Gustavo) que estatuiu a obrigatoriedade de que a União entregue, aos Estados, ao Distrito federal e aos Municípios, o montante de R\$ 3,86 bilhões para combater e mitigar os efeitos da pandemia de covid-19 sobre o setor cultural.

O texto da medida provisória, retira a obrigatoriedade dos repasses destes recursos, permitindo que a União, em dissintonia com o que fora aprovado pelo Congresso Nacional, tenha a prerrogativa repassa-los ou não (recursos), a partir de 2023, desde que haja disponibilidade orçamentária e financeira no exercício.

\* C D 2 2 2 4 1 7 9 6 4 0 0 \*



Portanto, transforma uma despesa obrigatória em discricionária, dando poder para o Executivo decidir se cria dotação nos orçamentos da União para viabiliza-las, o que se constitui numa reação, antirrepublicana, ao exercício da autonomia do Poder Legislativo, além de menoscar a necessidade de socorro e auxílio aos setores contemplados no bojo da Lei Complementar nº 195/2022.

O fim da obrigatoriedade de repasse dos recursos e a introdução da discricionariedade das despesas e do condicionamento de sua execução, é replicado também para a implementação das despesas criadas no âmbito da Lei 14.139/22 (Lei Aldir Blanc de Fomento à Cultura), de modo que os repasses anuais de R\$ 3,0 bilhões por parte da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, previstos para ocorrerem entre 2024 a 2028, poderão não ser efetivados.

Por fim, a medida provisória altera a Lei nº 14.148/21, quanto a obrigatoriedade dos repasses previstos para o setor de eventos da ordem de R\$ 2,5 bilhões, tornado os repasses condicionados a que o Poder Executivo encontre lastro orçamentário para implementá-los se assim lhe convier.

Desse modo, o referido ato executivo, ao transformar despesas obrigatórias aprovadas pelo Congresso Nacional em discricionárias, acaba por inviabilizar a implementação de políticas públicas na área da cultura - seja a de curto prazo para mitigar os efeitos da pandemia no setor, seja a mais estrutural prevista para os próximos cinco anos na perspectiva da descentralização dos recursos para os demais entes da federação.

Como já destacado alhures, os dispositivos que criaram tais despesas aprovadas pelo Congresso Nacional como obrigatórias foram objeto de veto do Poder Executivo, decisão que foi derrubada pelo Poder Legislativo em julho deste ano (rejeição do veto).

Por fim, entendem os subscritores do presente, que a medida provisória modifica (revoga) dispositivos da Lei Complementar nº 195/2022 que não poderiam ser veiculados através de Lei Ordinária, no que se caracterizam como matérias tipicamente reservadas à Lei Complementar pelo texto da Constituição Federal.

Nesse contexto, a medida provisória nº 1.135/2022 se reveste de elevada inconstitucionalidade, na medida em que:

- a) Contraria a vedação expressa de edição de medida provisória para versar sobre matéria reservada à Lei Complementar (Art. 62, §1º, III, da CF);
- b) Esvazia o conteúdo jurídico, político e social de uma decisão soberana Poder Legislativo, no mesmo exercício financeiro em



que esta foi aprovada, tornando discricionário o que restou obrigatório, em clara afronta ao que estatuem os artigos 1º (Princípio Republicano) e 2º (Independência dos Poderes) da Constituição Federal, pilar de todo o equilíbrio democrática da República Federativa do Brasil;

- c) Viola os princípios da legalidade e da moralidade, insculpidos no *caput* do art. 37 da Constituição Federal.

Por todo o exposto, com respaldo constitucional e no regramento interno definidor da competência desta Presidência do Congresso Nacional acerca do juízo prévio de inconstitucionalidade de medidas provisórias, nos termos acima explicitados, enviamos o presente expediente para que seja procedida à imediata devolução da Medida Provisória nº 1.135, de 29 de agosto de 2022, por não atender aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade necessário à sua continuidade e validade jurídica.

Atenciosamente,

Reginaldo Lopes  
Deputado Federal – PT/MG

José Guimarães  
Deputado Federal – PT/CE

Professora Rosa Neide  
Deputada Federal – PT/MT

Benedita da Silva  
Deputada Federal – PT/RJ

Afonso Florence  
Deputado Federal – PT/BA

Marcelo Calero  
Deputado Federal – PSD/RJ

Alexandre Padilha  
Deputado Federal – PT/SP

Érika Kokay  
Deputada Federal – PT/DF





## FÓRUM NACIONAL DOS CONSELHOS ESTADUAIS DE CULTURA - ConECta

Alfenas, Mg, 30 de agosto de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
Exmo Sr. **Senador Rodrigo Pacheco**  
Presidente do Senado Federal  
Brasília/DF

Assunto: Devolução da **Medida Provisória nº 1135/2022**

Prezado Senador,

O **Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Cultura – ConECta** se dirige a Vossa Excelência para requerer, com fundamento nos artigos 1º, 2º, 37, caput, 49, XI, da Constituição Federal e art. 48, XI do Regimento Interno do Senado Federal, **que seja procedida à imediata devolução da Medida Provisória nº 1135/2022**. Tal pedido se baseia na competência da presidência do Congresso Nacional em dispor sobre a tramitação de medidas provisórias, especialmente pela atribuição de impugnar as proposições contrárias à Constituição, impedindo-as de tramitar regularmente, em face do descumprimento dos requisitos constitucionais, principalmente da sua condição inadmissível por conteúdo de mérito flagrantemente inconstitucional e injurídico. O que se verifica é que o Poder Executivo Federal, derrotado na tramitação das Leis Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195/22) e Aldir Blanc II (Lei 14.139/22), com as quais discordava e vetara, após a derrubada dos vetos de ambas as leis, edita a MP em questão, com o objetivo de impedir a implementação dos efeitos jurídicos decorrentes da legislação aprovada no Congresso Nacional, em clara violação, num primeiro instante, ao princípio republicano, e aos princípios da legalidade e moralidade inscritos no caput do art. 37 da Constituição Federal.

Desse modo, o referido ato executivo, além de prorrogar o prazo de execução, transforma despesas obrigatórias aprovadas pelo Congresso Nacional em discricionárias, acaba por inviabilizar a implementação de políticas públicas na área da cultura - seja a de curto prazo para mitigar os efeitos da pandemia no setor, no caso da Lei Paulo Gustavo, seja a mais estrutural, prevista para os próximos cinco anos na perspectiva da descentralização dos recursos para os demais entes da federação, no caso da Lei Aldir Blanc II.

O ConECta destaca a inconstitucionalidade da medida provisória nº 1.135/2022, uma vez que:

a) Contraria a vedação expressa de edição de medida provisória para versar sobre matéria reservada à Lei Complementar (Art. 62, §1º, III, da CF);

b) Esvazia o conteúdo jurídico, político e social de uma decisão soberana Poder Legislativo, no mesmo exercício financeiro em que esta foi aprovada, tornando discricionário o que restou obrigatório, em clara afronta ao que estatuem os artigos 1º (Princípio Republicano) e 2º (Independência dos Poderes) da Constituição Federal, pilar de todo o equilíbrio democrática da República Federativa do Brasil;

c) Viola os princípios da legalidade e da moralidade, insculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal.



## FÓRUM NACIONAL DOS CONSELHOS ESTADUAIS DE CULTURA - ConECTa

Por todo o exposto, o ConECTa solicita a imediata **devolução da Medida Provisória nº 1.135, de 29 de agosto de 2022**, por não atender aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade necessário à sua continuidade e validade jurídica.

A cultura é fundamental para o desenvolvimento do nosso país. As leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc II são necessárias, em sua integralidade. Contamos com vossa atitude positiva em apoio à Cultura Brasileira e aos fazedores culturais do nosso país.

Pela Cultura Brasileira! Pelo Brasil!

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Aryanne'.

**Aryanne Ribeiro**  
**Presidente do ConECTa**

## CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO Nº , DE 2022

A Sua excelência o Senhor

**Senador Rodrigo Pacheco**

Presidente do Congresso Nacional

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Venho requerer, com fundamento no Art. 49, XI, Art. 62, *caput* e §5º da Constituição Federal, por razões formais, e Art. 37, *caput*, Art. 215, *caput* e § 1º, e Art. 216-A, também da Constituição, por razões substanciais, e conforme preceitua o Art. 48, inciso XI, do Regimento Interno do Senado Federal, seja procedida a imediata devolução da Medida Provisória nº 1.135, de 29 de agosto de 2022.

O presente expediente tem por base a competência da presidência do Congresso Nacional em dispor sobre a tramitação de Medidas Provisórias, especialmente pela atribuição de impugnar as proposições contrárias à Constituição e às Leis, impedindo-as de tramitar regularmente, em face do descumprimento dos requisitos constitucionais de relevância e urgência, bem como da sua condição inadmissível por conteúdo de mérito flagrantemente inconstitucional.

No caso em apreço, a Medida Provisória 1135/2022 **não dispõe de qualquer sinalização que justifique o cumprimento real do requisito da urgência (art. 62, CF)**, obrigação constitucional imposta para a Presidência da República fazer uso dessa excepcional edição de proposição legislativa como é a medida provisória.

Impõe-se ao Congresso Nacional **zelar pela preservação de sua competência legislativa** (art. 49, XI) que, no caso de medidas provisórias, antes da apreciação de seu mérito, compete a deliberação, **em juízo prévio, do atendimento aos requisitos constitucionais da urgência e relevância** (art. 62, §5º). No caso em questão, **a MP 1135/2022 não atende ao requisito**



SF/22809.07231-31

Página: 1/7 29/08/2022 18:22:42

Ocd20207dab1fe8636b1e84705987c14c83ca3ac





**essencial de validade da sua tramitação legislativa posto que não há urgência que justifique sua edição.**

A urgência em MP requer a demonstração da irreparabilidade do dano caso essa modalidade excepcional de edição normativa não seja manipulada. A aferição pelo Supremo Tribunal Federal do atendimento dos requisitos para a edição de Medida Provisória estabelecidos pelo art. 62, “caput”, da Constituição, já foi objeto de deliberação pela Corte, conforme demonstra o decidido na ADI 2.213-MC, relatada pelo eminente Ministro Celso de Mello. Veja-se:

“A edição de medidas provisórias, pelo Presidente da República, para legitimar-se juridicamente, depende, dentre outros requisitos, da estrita observância dos pressupostos constitucionais da urgência e da relevância (CF, art. 62, “caput”). - Os pressupostos da urgência e da relevância, embora conceitos jurídicos relativamente indeterminados e fluidos, mesmo expondo-se, inicialmente, à avaliação discricionária do Presidente da República, estão sujeitos, ainda que excepcionalmente, ao controle do Poder Judiciário, porque compõem a própria estrutura constitucional que disciplina as medidas provisórias, qualificando-se como requisitos legitimadores e juridicamente condicionantes do exercício, pelo Chefe do Poder Executivo, da competência normativa primária que lhe foi outorgada, extraordinariamente, pela Constituição da República. Doutrina. Precedentes. - A possibilidade de controle jurisdicional, mesmo sendo excepcional, apoia-se na necessidade de impedir que o Presidente da República, ao editar medidas provisórias, incida em excesso de poder ou em situação de manifesto abuso institucional, pois o sistema de limitação de poderes não permite que práticas governamentais abusivas venham a prevalecer sobre os postulados constitucionais que informam a concepção democrática de Poder e de Estado, especialmente naquelas hipóteses em que se registrar o exercício anômalo e arbitrário das funções estatais.

(...)

Nada pode justificar a utilização abusiva de medidas provisórias, sob pena de o Executivo - quando ausentes razões constitucionais de urgência, necessidade e relevância material - investir-se, ilegitimamente, na mais relevante função institucional que pertence ao Congresso Nacional, vindo a converter-se, no âmbito da comunidade estatal, em instância hegemônica de poder, afetando, desse modo, com grave prejuízo para o regime das



SF/22809.07231-31

Página: 2/7 29/08/2022 18:22:42

0cd20207dab1fe8636b1e84705987c14c83ca3ac



liberdades públicas e sérios reflexos sobre o sistema de "checks and balances", a relação de equilíbrio que necessariamente deve existir entre os Poderes da República. - Cabe, ao Poder Judiciário, no desempenho das funções que lhe são inerentes, impedir que o exercício compulsivo da competência extraordinária de editar medida provisória culmine por introduzir, no processo institucional brasileiro, em matéria legislativa, verdadeiro cesarismo governamental, provocando, assim, graves distorções no modelo político e gerando sérias disfunções comprometedoras da integridade do princípio constitucional da separação de poderes." (STF - ADIMC: 2213 DF, Relator: CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 04/04/2002, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 23-04-2004 PP-00007 EMENT VOL02148-02 PP-00296)

A ausência de urgência resta explicitada no próprio conteúdo da MP 1.135/2022. Não há nada na alteração das três leis modificadas pela MP 1135/2022 que indique um sentido de urgência. Sequer a Exposição de Motivos No caso da Lei Complementar nº 195/2022, não há apenas ausência de urgência na MP 1.135/2022, mas a própria MP aponta em sentido contrário ao espírito da citada lei, que é uma lei de cunho emergencial, de apoio ao setor cultural. A mudança proposta pela MP 1.135/2022 atenta contra o aspecto emergencial da LCP 195/2022, ao postergar os repasses da União a Estados, Distrito Federal e municípios para 2023, impedindo, assim, que o setor cultural conte com o apoio emergencial criado em função dos fortes efeitos sociais e econômicos da pandemia de Covid-19, que até hoje se fazem sentir no setor. Ao postergar a chegada de recursos ao setor cultural, a MP 1.135/2022 é, neste sentido, não só não cumpridora do requisito constitucional de urgência, mas também contrária a esse princípio ao prejudicar a execução de uma lei emergencial.

No caso da Lei nº 14.399/2022, também não há urgência que justifique o início de vigência da Lei e os repasses da União aos entes federados para 2024. Ora, o início dos repasses, para 2023, foi aprovado pelo Congresso Nacional, e a previsão orçamentária para tanto deve ser incorporada na LOA 2023, o que pode perfeitamente ser feito pelo governo, já que a LOA sequer foi apresentada até o momento. E no caso da Lei 14.148/2021, uma Lei de 13 de maio do ano passado, a indenização aos beneficiários do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) que tenham mantido os empregos de



SF/22809.07231-31

Página: 3/7 29/08/2022 18:22:42

Ocd20207dab1fe8636b1e84705987c14c83ca3ac



seus funcionários ainda que com redução de mais de 50% de seu faturamento em 2020, durante a pandemia, posterga-se, com a MP 1.135/2022, para 2023 e 2024 o pagamento dessa indenização.

Além disso, contrariando expressamente o que foi aprovado pelas duas Casas Legislativas, e do próprio Congresso Nacional, com a derrubada de vetos integrais a duas das leis modificadas, a MP 1.135/2022 transforma os repasses da União com as 3 leis em facultativo, uma vez que ao invés de mandatório, como haviam sido aprovadas, passam a ser apenas autorizativos, e ainda sujeitos à disponibilidade orçamentária. Não há como comprovar ou sequer argumentar urgência em tal medida. Trata-se, na verdade, de absoluto desvio de finalidade da MP 1.135/2022 que, no caso da LCP 195/2022 e da Lei 13.399/2022, modifica o que foi debatido e aprovado pelas duas casas legislativas e pelo Congresso, com a derrubada do veto às duas leis, ao transformá-las em facultativas para a União e sujeitas à disponibilidade orçamentária. Bastaria então ao governo, que foi contrário às duas leis e até as vetou completamente, não alocar recursos para ambas as leis para que elas percam sua eficácia.

Apesar de integrarem o conjunto de atribuições do Presidente da República, as medidas provisórias consistem, por ditame constitucional, em instrumento de uso excepcional, não apenas pela necessária presença dos pressupostos de urgência e relevância, mas também pela impositiva observância do princípio fundamental da separação dos poderes e da consequente proeminência atribuída ao Poder Legislativo na produção legislativa do País, conforme os arts. 2º, 44, 48 e 62, da Constituição Federal. Assim, as mudanças pretendidas pela MP 1.135/2022 é uma afronta ao Poder Legislativo, tendo em vista representar uma verdadeira ação de “veto à derrubada de vetos” pelo Governo Federal, prerrogativa que o Poder Executivo não possui.

A MP 1.135/2022 é, neste sentido, flagrantemente inconstitucional, ao afrontar a separação dos poderes, e sua simples edição já causa prejuízos incalculáveis ao setor cultural. A LCP 195/2022 foi promulgada dia 8 de julho último, e seus prazos começaram a contar. No dia 22 de julho foi publicado o **Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) do Terceiro Bimestre** pela Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do



SF/22809.07231-31

Página: 4/7 29/08/2022 18:22:42

Ocd20207dab1fe8636b1e84705987c14c83ca3ac



Ministério da Economia, onde se indica claramente que haveria corte de despesas (contingenciamento) em algumas áreas para se efetivar as transferências relativas à LCP 195/2022, posteriormente efetivado por meio do Decreto 11.154, de 29 de julho de 2022. Posteriormente, em 17 de agosto foi publicada a Portaria MTUR nº 40, com o objetivo de produzir a “regulamentação, operacionalização e acompanhamento das transferências a municípios, estados e Distrito Federal de que trata a Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022”. A promulgação da LCP 195/2022 e esses três atos oficiais emanados do Poder Executivo fizeram com que todas as medidas necessárias à implementação desta Lei Complementar começassem a serem feitas também por parlamentares, que fizeram consultas ao TCU e ao TSE sobre aspectos da LCP 195/2022, pelos entes federados e pelo setor cultural. No entanto, conforme as palavras do próprio Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, emanadas no Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional que devolveu a MP 1.068/2021:

“Embora o exame de adequação jurídica das medidas provisórias seja, de ordinário, realizado pelos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, há situações excepcionais em que a mera edição de medida provisória – acompanhada da eficácia imediata de suas disposições, do rito abreviado de sua apreciação, do trancamento de pauta por ela suscitado e do seu prazo de caducidade – é suficiente para atingir, de modo intolerável, a higidez e a funcionalidade da atividade legiferante do Congresso Nacional e o ordenamento jurídico brasileiro”.

A MP 1.135/2022 cria, neste sentido, insegurança jurídica para entes federados e para o setor cultural, tendo em vista a imprevisibilidade que sua edição provocou. Caso seja rejeitada ou caduque, o tempo exíguo para sua execução pelos entes federados inviabilizará a execução da LCP 195/2022. Caso seja aprovada, a insegurança também existirá, uma vez que basta não alocar recursos orçamentários a ela para inviabilizá-la.



SF/22809.07231-31

Página: 5/7 29/08/2022 18:22:42

0cd20207dab1fe8636b1e84705987c14c83ca3ac



Além disso, o conteúdo da MP 1.135/2022 atenta contra o disposto no Art. 37, *caput*, Art. 215, *caput* e § 1º, e Art. 216-A, da Constituição Federal, impedindo o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, deixando ainda de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, em especial as das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, atendidas com ênfase pela LCP 1.135/2022 e pela Lei 14.399/2022. Da mesma forma, essas duas Leis são implementadas em consonância com o Sistema Nacional de Cultura, disciplinado no art. 216-A da Constituição.

A Medida Provisória é espécie normativa de competência exclusiva do Presidente da República, revestida de caráter excepcional, devendo atentar justificadamente para as exigências de relevância e urgência – critérios constitucionais prévios – e o Congresso Nacional precisa estar cioso da excepcionalidade que esse ato representa e não se afastar das razões e condições motivadoras.

O controle do exercício da função legislativa do Poder Executivo pelo Poder Legislativo, consubstanciada na edição de Medida Provisória, é inquestionavelmente consolidado no art. 62 do texto constitucional, mas também pelos princípios que regem a República.

O princípio da segurança jurídica (art. 1º e 5º, XXXVI, CF), para garantir a higidez das leis, bem como o princípio democrático e o devido processo legislativo, consignados nos artigos 1º, *caput*, parágrafo único, 2º, *caput*, 5º, *caput* e LIV, da Constituição Federal, devem também ser objeto do controle do Parlamento diante da edição de medidas provisórias. Também sobre esse aspecto, o Supremo manifestou-se, conforme o didático voto do Min. Carlos Britto na ADI 3.964MC/DF:

“É a medida provisória, portanto, uma regração que o Presidente fica autorizado a baixar para o enfrentamento de certos tipos de anomalia fática. Um tipo de anormalidade - este o ponto central da questão - geradora de instabilidade ou conflito social que não encontra imediato equacionamento nem na Constituição, diretamente, nem na ordem legal já estabelecida. Por isso que demandante de uma resposta normativa que não pode aguardar as formas constitucionais de tramitação dos projetos de lei”.



SF/22809.07231-31

Página: 6/7 29/08/2022 18:22:42

Ocd20207dab1fe8636b1e84705987c14c83ca3ac



A Medida Provisória 1.135/2025 não demonstrou a existência de situação urgente com relevante ou estado de necessidade que reclamasse a sua edição, pelo que **resta justificada a sua devolução à Presidência da República, cumprindo esse Parlamento seu mister essencial e estancando o processo legislativo para que não provoque efeitos danosos e irreversíveis.**

Por todo o exposto, com respaldo constitucional e no regramento interno definidor da competência dessa Presidência do Congresso Nacional referente ao juízo prévio de inconstitucionalidade de medidas provisórias, nos termos acima explicitados, reiteramos o objeto do presente expediente para que seja procedida **a imediata devolução da Medida Provisória nº 1.135, de 29 de agosto de 2022, à Presidência da República, por não atender aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade necessários à sua continuidade e validade jurídica.**

Brasília, 29 de agosto de 2022.

**Senador Paulo Rocha**  
**(PT-PA)**  
**Líder do PT**



SF/22809.07231-31

Página: 7/7 29/08/2022 18:22:42

Ocd20207dab1fe8636b1e84705987c14c83ca3ac





# nada a comemorar.

*A Medida Provisória emitida pelo Governo Federal é um ataque à cultura brasileira e às Leis Paulo Gustavo e Lei Aldir Blanc 2.*

As Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc 2 são conquistas da sociedade brasileira, em especial do campo cultural. Foram aprovadas pelo Congresso Nacional, vetadas pelo Presidente da República e, numa vitória histórica, tiveram os vetos derrubados. E sofrem novamente mais uma grave ameaça.

Agora, o Presidente volta a atacar a cultura brasileira, publicando uma Medida Provisória (nº 1.135, de 26 de agosto de 2022, publicada no dia 29 de agosto) que retira os principais pontos das Leis: os valores destinados, a obrigatoriedade de execução e o seu caráter emergencial.

Essa Medida Provisória da presidência, para além do adiamento dos repasses para o ano que vem, mexe na essência das Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc, ao retirar o caráter obrigatório dos repasses do governo federal, criando uma espécie de "teto", que não garante a integralidade dos recursos das leis, ou seja, o valor repassado pelo Governo Federal poderá ser menor do que o anteriormente previsto na lei original. É preocupante que poucas semanas depois de aprovada, uma MP possa desconfigurar Leis amplamente debatidas e aprovadas no Congresso Nacional.

Se antes, o Governo Federal era obrigado a destinar R\$ 3,8 bi para a cultura, via Lei Paulo Gustavo; e R\$ 3 bi anuais, via Lei Aldir Blanc 2; agora, na prática, pode destinar o quanto quiser, ou nem destinar.

Mesmo a mudança de período de execução da Lei Paulo Gustavo, que poderia parecer uma melhoria, entendemos que não é. De fato, a prorrogação do prazo para execução da LPG já era uma pauta da sociedade civil e de gestores/as culturais dos Estados e dos Municípios. Entretanto, a MP transfere a execução para 2023, o que contraria a emergência da Lei. Defendemos que a execução da LPG inicie imediatamente, mas o prazo de execução seja prorrogado para 2023. Da mesma forma, defendemos a manutenção do período originalmente previsto para execução da LAB2: de 2023 a 2027.

O setor cultural volta ao seu estado de mobilização e vigília. Gestores, entidades, artistas, coletivos têm se movimentado junto a parlamentares para reverter mais esse ataque à cultura brasileira.